



DA SOCIALDEMOCRACIA AO NEOLIBERALISMO: DEBATE CONCEITUAL E APLICAÇÕES POLÍTICAS EM PORTUGAL

Pamela Peres Cabreira¹

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo abordar teoricamente as concepções keynesianas de demanda e de sua derrocada para as diferentes formas experimentadas do neoliberalismo, a partir da década de 1970. Buscaremos apresentar, portanto, um debate historiográfico sobre as concepções do keynesianismo e da virada neoliberal, resgatando as percepções de “liberalismo” e da “socialdemocracia”. Utilizando como objeto de estudos a sociopolítica portuguesa contemporânea; buscaremos entender a contraposição metodológica da política econômica no pós-guerra, no auge da Guerra Fria, e focalizar tais aplicações no cenário português, sendo, portanto, o objetivo deste artigo contemplar uma visão teórica e prática dos caminhos do liberalismo.

Palavras-Chave: Liberalismo; Socialdemocracia; Portugal.

Introdução

Ao longo de quarenta e oito anos, Portugal experimentou um regime autoritário, com diversos níveis de repressão e corporativismo. Com apenas um punhado de anos enquanto República (1911-1926), a experiência política e partidária no país se restringiria à clandestinidade e em formações sindicais nas aberturas que se construiu ao longo deste período. Com a queda de Oliveira Salazar e a chegada ao poder por Marcello Caetano em 1968, iniciar-se-ia uma relativa mudança no cenário do país, contando com um debate extenso acerca de sua política “liberalizante” ou mantida no viés conservador/autoritário.

Com efeito, a pressão social exercida contra o regime, tanto em Portugal quanto no seio das Forças Armadas na disputa das guerrilhas por libertação pelas colônias africanas² irá desembocar em uma insustentabilidade do governo, convergindo para as forças revolucionárias em abril de 1974. Firmamos como hipótese que as lutas sociais exercidas durante o período enquadrado pela Revolução dos Cravos são gestantes das conquistas trabalhistas, de moradia, reforma agrária e demais êxitos no campo social e que a adoção de medidas neoliberais e de inserção em um padrão de globalização na década de 1980

¹ Doutoranda em História Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa. Bolsista CAPES. E-mail: cabreiraperes@gmail.com Artigo desenvolvido na Disciplina: “Capitalismo global, Estados Nacionais e poder no mundo contemporâneo: teoria e História”, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro sob orientação do Prof. Dr. João Márcio Mendes Pereira, 2017.

² Cf. CABREIRA, Pamela Peres et al. **O 25 de Abril começou em África**. Porto: Editora Húmus, 2019.



farão com que gradativamente estes direitos sejam tomados ou negociados com uma parcela desta sociedade.

As diferentes versões e caminhos políticos adotados até 1975 bem como as medidas institucionais - a Constituição parlamentarista unicameral de 1976 - serão objetos que aqui trabalharemos. Para tanto, realizaremos um diálogo historiográfico acerca da temática teórica sobre socialdemocracia e neoliberalismo, tal como uma amostragem destas políticas na virada portuguesa do período pós-revolucionário.

Logo, este trabalho será dividido em três partes. Primeiramente abordaremos as investidas de diferentes experiências políticas e econômicas no pós-guerra, a contar das premissas teóricas sobre o keynesianismo e a socialdemocracia e, posteriormente, às críticas travadas em torno deste sistema de forma a sistematizar e privilegiar os interesses das diferentes formas adotadas do neoliberalismo. A partir de então, na terceira e última parte, trataremos de apontar de forma incipiente sobre a política pós-revolução em Portugal, buscando demonstrar as conquistas figuradas no pacto social e na tentativa de uma socialdemocracia tardia que, a seguir o fluxo das mudanças internacionais, acabaria em uma intensa política de cunho neoliberal.

1. Do keynesianismo ao neoliberalismo

1.1. A virada econômica e social no pós-guerra

Na Europa, através de países de economia estatizada, o termo liberalismo evoca a preponderância do mercado sobre a vida econômica, em um viés da direita política, enquanto as “liberdades civis” são associadas a um viés de esquerda. Já nos Estados Unidos, o termo tende a categorizar-se pela esquerda política, de forma geral, e, ainda, defender a interferência estatal, tendo como grande diferença a aplicação do termo de forma habitual. Em retorno aos séculos XVII e XVIII, a complexidade do liberalismo se apresenta a partir da relação estabelecida entre monarquia, aristocracia e parcelas religiosas (CROUCH, 2012, p.22).

Nesta concepção, o povo, a gente comum, não tinham direitos nas decisões, possuindo, em contrapartida, uma parcela da burguesia que necessitava de um processo que evocasse liberdade aos mercados nos controles exercidos pelas autoridades civis e religiosas, apelando ao direito final da liberdade. Esta liberdade estava interligada a separações que os desligavam de determinadas precondições morais estabelecidas nesta sociedade. “A ideia era que através da compartimentação da vida se poderia alcançar com essas separações, se restringiria o acesso ao poder e se conseguiram as liberdades individuais” (Ibidem, p. 23). Crouch destaca, com efeito, que no século XIX o poder e o



domínio neste processo de individualização de liberdades alcançaria o máximo do atual sistema capitalista no emprego da força de trabalho a partir do direito de propriedade (CROUCH, 2012, p.23).

A busca dos trabalhadores pelo respaldo do Estado, que iniciava um processo de democratização dentro de seus organismos na defesa de direitos, exerceria um “contrapeso de poder” (Ibidem, p. 24). A separação da tradição liberal se distingue em duas vertentes: uma ala de liberais que buscava direitos para os trabalhadores e a população pobre com aporte do Estado, associados aos socialistas, “que queriam usar o poder do Estado para suprimir a propriedade capitalista” (Idem). Por outro lado, um grupo de poder econômico que defendiam as liberdades de propriedade em conjunto com as operações de mercado, compartilhando do apoio de “protetores do antigo regime”. Enquanto a classe trabalhadora buscava os direitos tendo como mediador o Estado, em uma tradução liberal-socialista, a democracia estaria apresentada no direito de propriedade e autoridade.

Em Portugal, o século XIX seria marcado pela decadência da monarquia, com as invasões francesas e dominação econômica e política da Inglaterra, tendo como consequência uma intensa “guerra civil” sobre os ideais liberais de uma pequena burguesia influenciada pelas lutas desabrochadas em Espanha e arraigada no domínio francês em território luso. Data-se de 1817 com Manuel Fernandes Tomás a primeira associação feita em defesa dos princípios liberais, no Porto, desencadeando a chamada “revolução liberal” em 24 de agosto de 1820, que previa um acordo entre princípios liberais e uma aliança que traduzisse uma Monarquia Constitucional, em defesa da dominação inglesa. A busca pela reiteração da monarquia se faz correr ao longo de todo este século, desembocando na “guerra civil” que durará de 1932 a 1934, tendo o exército absolutista derrotado causando mais uma onda de altos e baixos para a corte portuguesa. O termo “liberal” no cenário português estará fortemente marcado pela luta contra a monarquia e a conquista de direitos e “liberdades”, mesmo ao longo do século XX, com a ascensão e queda do republicanismo.

Já nos anos do pós-guerra ficariam destacados como os mais lucrativos da história, recebendo o nome característico de Anos Dourados (HOBBSAWM, 2013, p. 260). A década de 1960 seria encarada como próspera, gestora de renovação e revolução tecnológica, de materiais e massificação a preços acessíveis aos mais pobres. Essa “revolução” inicia-se nos países de economias desenvolvidas, possibilitados por grupos de pesquisas científicas e investimentos nos mesmos (Idem). Desta forma, “a grande característica da Era do Ouro era precisar cada vez mais de maciços investimentos e cada vez menos gente, a não ser como consumidores” (Ibidem, p. 261).

O período do pós-guerra seria subjugado à reestruturação do capitalismo, a partir da globalização e da internacionalização dos Estados e dos mercados, assistindo a um



recorte entre o “casamento entre liberalismo econômico e democracia social” (Ibidem, p. 263).

Vemos, portanto, a partir da década de 1940 uma possibilidade de mudança nos rumos da economia mundial, pautada na junção liberal e da socialdemocracia com o surgimento fetal do neoliberalismo. Sob uma junção do liberalismo econômico e das possibilidades abertas no pós-guerra, o keynesianismo começaria a esquadriñar-se também neste período, conquistando uma maior absorção de ideias e implantação econômica. Para Hobsbawm:

[...] as grandes histórias de sucesso econômico em países capitalistas no pós-guerra, com raríssimas exceções (Hongkong), são histórias de industrialização sustentadas, supervisionadas, orientadas e às vezes planejadas e administradas por governos: da França e Espanha na Europa a Japão, Cingapura e Coreia do Sul. Ao mesmo tempo, o compromisso político de governos com o pleno emprego e — em menor medida — com redução da desigualdade econômica, isto é, um compromisso com a seguridade social e previdenciária, pela primeira vez proporcionou um mercado de consumo de massa para bens de luxo que agora podiam passar a ser aceitos como necessidades (HOBBSAWM, 2013, p. 160).

John Maynard Keynes, economista britânico colocaria em forma de teoria uma mudança de perspectiva a macroeconomia, tendo como objetivo pontuar determinadamente a renda nacional e seus impactos, pensando, paralelamente às políticas alternativas ao social (PRZEWORSKI; WALLERSTEIN, 1988, p. 30). A adoção do keynesianismo no pós-guerra mantinha uma busca de suavizar os ciclos econômicos do capitalismo, de forma a proteger o “povo comum” das flutuações de mercado, marcando um compromisso social, sendo que o keynesianismo “não era hostil nem aos mercados nem ao capitalismo” (CROUCH, 2012, p. 36).

A partir da obra *Teoria Geral* de Keynes, em 1936, a complexificação dos processos de produção guiados em uma “economia natural” e a Lei dos Mercados seriam questionadas. Para ele, a economia pautava-se em uma relação moral e a estabilidade do sistema não teria como ser autorregulável.

A operação da mão invisível não necessariamente produz a harmonia entre o interesse egoísta dos agentes econômicos e o bem-estar global. As escolhas individuais entre investir ou entesourar, por parte do empresariado, ou entre comprar ou poupar, por parte dos consumidores e assalariados podem gerar situações de crise, onde há insuficiência de procura efetiva, e ociosidade de homens e máquinas (desemprego) (BEHRING, 2012, p. 157).

A partir de então, as pretensões a curto prazo de lucro poderiam ser barradas e negociadas pelo Estado, de forma a manter um equilíbrio, onde, para Keynes, “cabe ao Estado o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal,



creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem, nos períodos de depressão como estímulo à economia” (BEHRING, 2012, p. 157-158).

A “socialdemocracia’ foi originalmente um dos nomes eleitos pelos movimentos de trabalhadores anticapitalistas em finais o século XIX” (CROUCH, 2012, p. 30), onde inicialmente apontavam a supressão do capitalismo e propunham uma propriedade estatal. Na década de 1950 o partido sueco dos trabalhadores bem como dos alemães passam a chamar-se socialdemocratas, visando percorrer e trabalhar com uma sociedade de economia dominada pela propriedade privada. O lema em 1959 dos socialdemocratas alemães tratava que: “Tanto mercado como seja possível, tanto Estado como seja necessário” (Idem). A partir deste período, a socialdemocracia passaria designar-se por esta política considerada de centro-esquerda, de cunho moderado.

Desta forma, a interdependência em uma sociedade de uma base estável de consumidores baseada na demanda da economia e de um grupo de pessoas com a capacidade de efetuar a eficiência dentro deste sistema faz com que a dependência das duas categorias gere a abertura da socialdemocracia em promover negociações e compromissos sociais (Ibidem, p. 32), balanceados na análise da macroeconomia e das compensações sociais, conforme a teoria keynesiana indica. A possibilidade de abertura para o consumo de massa e da produção de produtos resultam (Ibidem, p. 33) na democratização da tecnologia e do consumo, de forma a contribuir para este modelo.

Esta interdependência da democracia e do capitalismo proporcionou ao keynesianismo por demanda uma adoção ortodoxa de gestão da economia no ocidente capitalista. “Em tempos de inflação, quando a demanda é excessiva, reduzem seus gastos, pagam suas dívidas e reduzem o conjunto da demanda”. A Segunda Guerra seria, portanto, uma possibilitadora da manutenção dos gastos pelo Estado, onde estes recursos foram suplantados por um crescimento do Estado de bem estar (Ibidem, p. 35).

Vale dizer que nos 20 anos seguintes, entre 1950 e finais de 1960, o keynesianismo viveu sua fase de ouro, com o Estado intervindo direta ou indiretamente na produção até o primeiro choque do petróleo em 1973, onde Przeworski & Wallerstein observam uma forte tendência à crise de financiamento do Estado, que, segundo os autores, há um abalo no compromisso keynesiano com a democracia capitalista. “Até o final dos anos 60, o keynesianismo foi a ideologia oficial do compromisso de classe, sob a qual diferentes grupos podiam entrar em conflito nos limites de um sistema capitalista e democrático. (...) A crise do keynesianismo é uma crise do capitalismo democrático” (PRZEWORSKI; WALLERSTEIN, 1988, p. 34).

Por outra via, Dupas nos mostra a relação keynesiana e o Estado interventor:



De fato, o keynesianismo manteve, desde o pós-guerra, a expectativa de que o Estado poderia harmonizar a propriedade privada dos meios de produção com a gestão democrática da economia. Acabou fornecendo as bases para um compromisso de classe, ao oferecer aos partidos políticos representantes dos trabalhadores uma justificativa para exercer o governo em sociedades capitalistas, abraçando as metas de pleno emprego e da redistribuição de renda a favor do consumo popular. O Estado provedor de serviços sociais e regulador de mercado tornava-se mediador das relações – e dos conflitos – sociais (DUPAS, 1998, p. 176).

Em razão disso, Fonseca tenta elucidar os argumentos de Keynes e sua crítica ao liberalismo econômico (FONSECA, 2010, p. 435). Ele mostra que acima de tudo, Keynes não era contrário ao capitalismo. Em sua obra, destaca o papel do investidor, da propriedade privada e da livre iniciativa dos agentes, porém, faz uma crítica severa aos rentistas e especuladores. Desta forma, o keynesianismo se torna o *mainstream* da economia dos países capitalistas principalmente em sua fase de ouro, com as ideias de Keynes caindo como uma luva nas mãos dos que eram favoráveis à intervenção estatal na economia (Idem).

Desta forma, a partir da adoção destas premissas econômicas, em diversos locais na Europa ocorreria um fortalecimento do movimento sindical bem como o equilíbrio de determinadas liberdades pelos trabalhadores nas organizações sindicais de forma “neocorporativistas”, fator indispensável no entendimento da socialdemocracia, segundo Crouch (2012, p.37). Fatores sociais e econômicos seriam, portanto, cruciais para a convergência de uma socialdemocracia. A partir de então, entende-se a “gestão keynesiana da demanda, onde a ação do Estado, longe de tratar de destruir os mercados, procurava sustentá-los em níveis que evitaram depressões e auges igualmente destrutivos” (Idem), de forma a manter um equilíbrio entre a sociedade e a economia.

Neste sentido, a relação de força e pressão dos movimentos operários na Europa que incidem, a partir de uma cooptação das matrizes estadunidense em relacionar uma “nova configuração de forças de classe capitalista” (PANITCH; GINDIN, 2015, p. 141), movida pela relação entre trabalhadores, Estado e uma categorização de produtivismo das forças de trabalho provocará uma nova adequação do movimento operário europeu que só foi possível a partir de uma nova configuração da relação entre burguesia e os sindicatos, sobretudo os católicos em conjunto com partidos “democratacristianos”, a partir da década de 1950. “Assim como mediante a orientação da socialdemocracia europeia havia um tipo de Estado de bem-estar e planificação econômica que foi consistente com o renascer dos mercados capitalistas” (Ibidem, p. 142). Demarca-se que também é na Era do Ouro que os partidos socialistas e determinados movimentos trabalhistas buscariam enquadrar-se em um capitalismo reformulado, promovendo um diálogo estatal em prol dos interesses de classes (HOBSBAWM, 2013, p. 264).



Estes Estados de Bem-estar, fortes na manutenção de conquistas sociais, promoveriam serviços e possibilidades de inserção social sem a necessidade do mercado, mas sim de uma regência independente das análises motrizes das questões sociais, pelo próprio Estado de bem-estar. Esta relação tinha por fundamento promover a possibilidade de produção massificada bem como de seu consumo, ao promover à sociedade civil condições mínimas de manutenção. A produção em seu molde capitalista de exploração e mais valia não se altera, os lucros se mantêm e as pessoas iniciam um ciclo de confiança e estabilidade social.

É importante destacar a diferença de correntes que se seguiram a partir das concepções liberais, ora unindo-se e separando-se de acordo com os interesses vigentes. Enfoque durante as décadas de 1930-40 nas possibilidades alternativas frente ao fracasso da economia capitalista de pouca intervenção do Estado no mercado, causando a grande depressão de 29, tendo como destaque o comunismo da URSS, o regime fascista de Itália e Alemanha e, por fim, as políticas de gestão governamental baseadas no Estado de bem estar, sobretudo nos EUA, Escandinávia e em alguma medida, França. Essas diferentes combinações do uso do Estado diferiam das categorias iniciais do liberalismo, mantendo certo condicionamento e manutenção do Estado “forte” nos anos do pós-guerra (CROUCH, 2012, p. 25). Na atmosfera social, o liberalismo pregaria os direitos civis e liberdades sem abrir mão do controle e posse de propriedades sem a interferência do Estado.

O fim da “Era do Ouro”, como distingue Hobsbawm, começaria em finais da década de 60 e principalmente na década de 1970 com a dificuldade de regulação pelo Estado, através dos novos padrões tecnológicos que fizeram diminuir as possibilidades do pleno emprego junto dos processos de endividamento e privatizações nos Estados, junto das altas de preços do petróleo em 1973/74. A corda estouraria do lado mais fraco, como ciclicamente a história nos apresenta.

A crise do petróleo na primeira metade da década de 1970 inicia, junto de outros fatores econômicos, políticos e sociais, portanto, um momento de crítica às políticas pautadas na socialdemocracia por dirigirem a culpa da “crise” dos Estados em uma demasiada potência de sindicatos e “benefícios” sociais, diminuindo o lucro das empresas e alterando a inflação. “A crise é um resultado do keynesianismo e do *Welfare State*” (BEHRING, 2012, p. 161). Para Behring, a fórmula neoliberal para a saída da crise, envolve os seguintes pontos:

- 1) um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda;
- 2) um Estado parco para os gastos sociais e regulamentações econômicas;
- 3) a procura da estabilidade monetária;
- 4) uma forte disciplina orçamental, o implica contenção dos gastos sociais e restauração de uma taxa ‘natural’ de desemprego, ou seja, a recomposição do exército industrial de reserva que permita pressões sobre os salários e os direitos, tendo em vista a elevação



das taxas de mais-valia e de lucro; 5) uma reforma fiscal, diminuindo os impostos sobre os rendimentos mais altos; e 6) o desmantelamento dos direitos sociais, implicando o fim da vinculação entre política social e esses direitos, quem compunha o pacto político do período anterior (BEHRING, 2012, p. 161).

A partir de uma gama de condições, a possibilidade de mudanças no pós-guerra alcançaria métodos econômicos variados, como o keynesianismo. Sua impossibilidade de manter a ordem capitalista democrática sustentada em elevados índices de lucro culminaria na brecha ideal das propostas de um viés neoliberal, que desde meados da década de 1940 já começava a desenhar-se.

1.2. Crise de Estado e Neoliberalismos

Segundo Cerqueira, o início de um pensamento “neoliberal” surge em meados dos anos 1940, pós 2ª Guerra Mundial, através de um livro intitulado *A Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek (CERQUEIRA, 2008, pp. 169-189). Nele, o autor se debruça sobre a individualidade dos agentes econômicos, tanto pessoas como empresas. Tiveram como adeptos destas primeiras ideias incipientes de um neoliberalismo: Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, entre outros. Tinham como objetivo desqualificar o keynesianismo como política econômica, qualificando ideias liberais com Estado mínimo.

O neoliberalismo inicia seus primeiros passos em 1944 com o livro de Friedrich Hayek, onde o autor denuncia como letal a participação do Estado na economia e à liberdade dos agentes. O alvo de Hayek na ocasião era o Partido Trabalhista inglês, que estava prestes a vencer as eleições de 1945 (Ibidem, pp. 171-172). Em 1947, funda, com outros pensadores influentes da época, a Sociedade de Mont Pèlerin, altamente dedicada, e com objetivo de combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases para um novo tipo de capitalismo, um que fosse livre de regras e com liberdades aos indivíduos. Por ocasião da era do ouro do capitalismo reformado de Keynes, suas ideias não faziam sentido, uma vez que o mundo experimentava taxas crescentes de crescimento do PIB e inflação relativamente constante. Sua crítica contra a intervenção do Estado nesse momento da história não era verossímil. Contrariando o Estado de Bem-Estar social promovido na época, argumentavam que desigualdades sociais eram benéficas às economias ocidentais (ANDERSON, 1995, p. 09).

Para Panitch e Gindin, há também uma suprema importância do Plano Marshall nas diretrizes referentes à produtividade e às concepções de “modernização” nos meios de produção em seu caráter conceitual. Também ocorre a utilização de elementos do Plano Marshall sobre cidadania nas fundamentações keynesianas em 1949 promovendo diálogo



com a dinâmica do processo fordista, buscando um elevado nível de produção em massa para, em contrapartida, haver uma escala de consumo também massiva assegurada pelos acordos trabalhistas. A política social democrata veria neste período uma elevada perspectiva de nivelamento para a cidadania, o que não iria se manter nas décadas que se seguiram. A diferença de classe em todos os aspectos mostrou-se mais acirrada (BEHRING, 2012, p. 158). Alguns impedimentos do Plano Marshall seriam então revistos na busca de uma integração estratégica de incorporar as classes trabalhadoras na transformação das economias na Europa onde, com a estratégia estadunidense do pós-guerra, a expansão do mercado através das campanhas europeias convergiu para a implantação inicial de uma integração econômica europeia. Tornar os países europeus competitivos em termos econômicos interessava ambos os lados (Idem). Também Hobsbawm destaca que a economia capitalista em escala mundial se formou ao redor dos EUA, sobretudo na Era do Ouro e dos planos de ajuda, como o Plano Marshall (HOBSBAWM, 2013, p. 267).

Logo, a década de 1950 seria um importante marco na influência estadunidense nas condições de estabelecer uma economia capitalista mais forte nos estados europeus. “A reforma institucional mais decisiva para fazer isto possível foi a criação da União Europeia de Pagamentos (UEP), que entrou em vigor em 1950” (PANITCH; GINDIN, 2015, p. 156). O plano previa, em suma, a possibilidade de cada Estado europeu não necessariamente conduzir transações com o dólar, mas sim com suas próprias moedas em negociações e importações com outros Estados na Europa. “Ao permitir a existência de um espaço nacional possibilitando uma manobra econômica, a UEP foi especialmente importante para a reconstrução industrial e a acumulação sustentada em um contexto de um processo de integração econômica regional, centrado em grande medida na economia da Alemanha Ocidental” (Idem). As elites econômicas europeias tomariam frente neste quadro de organização para o funcionamento da União. Panitch e Gindin apontam que a influência e participação dos EUA foram preponderantes para a construção de um ideal do Mercado Comum Europeu. Já para Hobsbawm, a criação na década de 1960 do “eurodólar”, acarretou em uma perda de controle do câmbio e da circulação do volume de dinheiro em todo o mundo, provocando uma ambição das grandes empresas em se tornarem independentes de seus Estados (HOBSBAWM, 2013, p. 271).

Ocorreria, portanto, uma busca dos trabalhadores no respaldo do Estado, que iniciava um processo de democratização dentro de seus organismos, na defesa de direitos, exercendo um “contrapeso de poder”. Existe, portanto, a separação da tradição liberal em duas vertentes: uma ala de liberais que buscava direitos para os trabalhadores e a população pobre com aporte do Estado, associados aos socialistas, “que queriam usar o



poder do Estado para suprimir a propriedade capitalista” (CROUCH, 2012, p. 24); por outro lado, um grupo de poder econômico que defendiam as liberdades de propriedade em conjunto com as operações de mercado, compartilhando do apoio de “protetores do antigo regime” (Idem). Enquanto a classe trabalhadora buscava os direitos tendo como mediador o Estado, em uma tradução liberal socialista, a democracia estaria traduzida no direito de propriedade e autoridade. Portanto “um Estado democrático dominado por uma classe de trabalhadores despossuídos ameaçavam que se opor a separação entre economia e política, que era central tanto para o conceito de liberdade como para o funcionamento eficiente do mercado” (CROUCH, 2012, pp. 24-25).

Logo, distingue-se a eliminação da extrema direita no pós-guerra e da extrema-esquerda durante a Guerra Fria, interpondo um sistema de interesse econômico, onde deveria ocorrer um balanceamento de interesses entre patrões e organizações trabalhistas para que os lucros não diminuíssem e as condições das reivindicações fossem mantidas dentro de um quadrante (HOBSBAWM, 2013, p. 273).

De facto, o arranjo era triangular, com os governos, formal ou informalmente, presidindo as negociações institucionalizadas entre capital e trabalho, agora habitualmente descritos, pelo menos na Alemanha, como “parceiros sociais”. Após o fim da Era de Ouro, esses arranjos foram barbaramente atacados pelos crescentes teólogos do livre mercado sob o nome de “corporativismo”, uma palavra que tinha associações meio esquecidas e inteiramente irrelevantes com o fascismo do entreguerras (Idem).

O aumento de salários era levado em consideração enquanto necessários para a manutenção de grandes lucros, baseados no consumo e pleno emprego e condições de bem-estar, pautadas em “rendas reais em crescimento constante, escorada pela seguridade social, por sua vez paga pelas crescentes rendas públicas” (Idem).

A virada para a esquerda na década de 1960, perante a operação keynesiana, teria também como motivação o aparecimento dos Estados de Bem-estar, traduzindo para os gastos destes Estados a maior fatia em questões de segurança, educação, saúde, etc., garantidos pela previdência social. A crise do sistema de Keynes se daria principalmente pela falta de ligação entre o neocorporativismo e o sistema de controle inflacionário. Seria necessária uma intermediação de ambos para que os choques fossem controlados (CROUCH, 2012, p. 38).

Hobsbawm destaca que “no fim da década de 1970, todos os Estados capitalistas avançados se haviam tornado ‘Estados de Bem-estar’ desse tipo, com seis deles gastando mais de 60% de seus orçamentos na seguridade social (Austrália, Bélgica, França, Alemanha Ocidental, Itália, Países Baixos). Isso iria produzir consideráveis problemas após o fim da Era do Ouro” (HOBSBAWM, 2013, p. 274). Para Crouch, a crise de 1973 se



apresenta como um marco do que se considerou o desgaste total do sistema de demanda, ocorrendo a sobreposição do poder dos bancos centrais. “De maneira geral, um amplo e influente setor da opinião pública considerava que o experimento socialdemocrata, com os mercados e a intervenção estatal funcionando conjunta e paralelamente, haviam fracassado” (2012, p. 39).

Hobsbawm caracteriza a crise vivida na década de 1970 não apenas como um fator da crise petrolífera, mas sim um conjunto de cenários. A necessidade de dependência de um sistema monitorado e balanceado entre crescimento econômico de produção e salários compatíveis com base na capacidade de compra e consumo, balanceamento este ainda dependente de condições condizentes com o domínio econômico dos EUA na economia mundial. Ocorre ainda a queda da base do eurodólar na década de 1960 e da estabilidade no controle da inflação, e conseqüentemente, na oferta de emprego e estabilidade no quadro social (HOBSBAWM, 2012, p. 274). O sistema “superaquecido” nos anos 70, pontuados pelo “colapso do sistema financeiro de Bretton Woods” e das crises constantes da OPEP e aumento dos PIBS pertencentes à OCDE, pautados num amplo leque de questões e situações que desencadearam um *boom* de crise, sobretudo após 1973 (Ibidem, p. 275).

Para Drucker apud Dupas, o choque do petróleo em 1973 foi o início da inevitável conscientização dos “limites” do Estado. “A crise econômica generalizada que se seguiu ao choque do petróleo (...) mostrou ao mundo que os governos tinham limites muito mais estreitos do que se imaginava até então para a condução da política econômica” (DUPAS, 1998, p. 177).

Com a chegada da crise do petróleo em 1973, o mundo se encontra com a crise do modelo vigente, onde acontecem recessões e crescimento da inflação mundial. Assim, ideias liberais passam a ganhar terreno. Para Hayek, a culpa da crise deveria recair sobre os sindicatos e trabalhadores, que exigiam cada vez mais aumentos salariais em detrimento dos ganhos dos capitalistas e parasitando o Estado para que aumentassem seus gastos sociais. Para eles, deveriam manter o Estado forte por ora, a fim de dismantelar o poder dos sindicatos e promover arrochos salariais e controle monetário; porém, deveria minguar o Estado na sua tarefa de compor o *welfare state* que vinha promovendo. Seria necessário que reestabelecessem a taxa natural de desemprego, criando um exército de reserva que dismantelasse o poder dos sindicatos, criação de reformas fiscais para reestabelecer os investimentos e promover uma disciplina orçamentária, em que a estabilidade monetária fosse a meta suprema de qualquer governo. Desta forma, a década de 1970 inicia o processo de prevailecimento do neoliberalismo, frente a queda do sistema keynesiano de demanda. O sistema colapsou, em parte, pois a classe que provinha de maior interesse, a



classe trabalhadora e operária, encontrava-se em declínio com perda de sua força na sociedade tendo, em contrapartida, um fortalecimento da classe que mais ganha com o neoliberalismo (“corporações globais, particularmente as do setor financeiro”) (CROUCH, 2012, pp. 19-20). O setor financeiro depende dos outros setores da sociedade, protegidos pelos setores públicos e de interesse estatal. Ou seja, diminuição dos impostos sobre os rendimentos e rendas mais altas resultaria, assim, uma nova e “saudável” desigualdade dinâmica para esse novo modelo econômico (CROUCH, 2012, pp. 09-10). A ascensão dos neoliberais compunha que o Estado deveria assumir responsabilidades de impressão de dinheiro e trabalhar a medição de preços, baseada em uma função monetarista, permitindo ao neoliberalismo uma promoção pautada em uma “expansão incontrolada do crédito” (Ibidem, p. 40).

Para Anderson a hegemonia do neoliberalismo demorou cerca de dez anos para se estabilizar como principal modelo econômico capitalista (ANDERSON, 1995, p. 10). Até o final dos anos 1970, governos ainda utilizavam métodos keynesianos para combater a crise instalada pós 1973. Somente em 1979, quando Margareth Thatcher, na Inglaterra, é eleita com um discurso abertamente neoliberal é que o neoliberalismo tem seu ponto de partida num país de capitalismo avançado. Foi o pioneiro e o mais puro, onde:

[...] os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado (Idem).

Existem muitas vertentes do neoliberalismo, porém, “se ficamos naquela preferência fundamental pelo mercado sobre o Estado como meio para resolver problemas e alcançar fins humanos, teremos captado o essencial” (CROUCH, 2012, p. 29).

Durante a década de 1970 e em seguida, ocorreria um forte encorajamento às privatizações das indústrias e da propriedade pública, bem como o intensivo apoio do Banco Mundial às políticas de investimento e incentivo de projetos privados em países em desenvolvimento. Na Inglaterra no ano de 1979 com a política de Margaret Thatcher se caracteriza o abandono do keynesianismo para políticas neoliberais e estado social reduzido, convergindo com a eleição de Ronald Reagan nos EUA, provocando desregulação da economia (Ibidem, p. 42). Como consequência, políticas de manutenção do emprego são descartadas, visto que o mercado regularia naturalmente a oferta e a demanda de mão de obra, bem como a regulação salarial. Os neoliberais defendiam o “desmantelamento da



legislação de proteção laboral e a eliminação e redução da carga dos custos dos seguros sociais sobre os empregadores” (Ibidem, p. 44).

Em contrapartida, assistiremos a uma intensa hostilidade dos neoliberais para com os sindicatos, tendo como motriz que “a preferência neoliberal se inclina, portanto, pela completa privatização e mercantilização, através de empresas que oferecem serviços a clientes privados” (Ibidem, p. 49). Portanto, tendo como pedra de toque no neoliberalismo onde “se conseguem ótimos resultados se a oferta e a demanda de bens e serviços os permitirem ajustar-se reciprocamente através do mecanismo de preços, sem interferência do Estado e de outras forças, embora sujeitos às estratégias de fixação de preços e de comercialização das empresas oligopólicas” (CROUCH, 2012, p. 43).

Em 1980, Ronald Reagan chega à presidência dos Estados Unidos. Como não havia um forte Estado de Bem-Estar nos EUA, a variante norte americana foi bem diferente da inglesa. O principal motivo era a competição militar com a União Soviética, onde o neoliberalismo deveria ser a estratégia dominante para quebrar a economia soviética e pôr fim ao bloco comunista no leste europeu. Em sua política interna, “Reagan também reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e aplastou a única greve séria de sua gestão” (ANDERSON, 1995, p.10). Porém, não respeitou a disciplina orçamentária, se lançando numa corrida armamentista sem precedentes que só pôde ser feita por seu grande peso na economia mundial. Os EUA puderam se dar ao luxo de obter grandes déficits em sua balança de pagamentos. Com a invasão soviética ao Afeganistão em 1978, coube aos EUA, a partir de então, o incremento de novos foguetes nucleares, cada vez mais tecnológicos, para conter a ameaça comunista na Europa Ocidental (Idem). O autor nos lembra de que o maior ideário político do neoliberalismo é o anticomunismo, que nesse novo modelo econômico se torna o mais intransigente de todas as vertentes capitalistas do pós-guerra. O combate ao “império do mal” inevitavelmente aumentava e consolidava o predomínio da nova direita na América do Norte e na Europa Ocidental (Idem).

Voltando à Europa, na Alemanha em 1982, Helmut Kohl derrota Helmut Schmidt e seu projeto social liberal, ocupando o cargo de chanceler. Em 1983, a Dinamarca, até então modelo de bem-estar escandinavo, tem uma guinada à direita, sob o governo de Poul Schluter. A partir de então, quase todos os países do norte europeu passaram a ter governos de direita, com exceção da Suécia e da Áustria (Idem). Esses governos utilizavam de um neoliberalismo mais ameno, mantendo a disciplina orçamentária e praticando algumas reformas fiscais, dando pouca ênfase a cortes bruscos nos gastos sociais, privatizações ou enfrentamento dos sindicatos. Alguns países do sul europeu até tentaram guinar a centro-esquerda, elegendo governantes que se esforçaram para realizar uma política de deflação e redistribuição, de pleno emprego e de proteção social, assim como



aconteceu no pós-guerra e com a socialdemocracia. Porém, já em 1983, esse modelo se mostra inviável e alguns países, entre eles a França, que havia elegido um governo de base socialdemocrata, se viu obrigada pelos mercados financeiros internacionais a mudar o curso de sua política e adotar um modelo bem próximo ao neoliberalismo ortodoxo, abandonando metas como a busca pelo pleno emprego. A partir disso, no outro lado do mundo, Austrália e Nova Zelândia adotam o neoliberalismo mais radical. A Nova Zelândia se torna o exemplo mais extremo do mundo capitalista avançado, desmontando o Estado de uma maneira mais brusca que Thatcher, na Inglaterra (ANDERSON, 1995, p. 11).

A partir dessas experiências, o neoliberalismo se torna uma nova ideologia, se torna hegemônico, fazendo até que governos ditos de esquerda se aventurassem adotando suas medidas. Primeiramente, o neoliberalismo surge para atacar a socialdemocracia; depois os sociais democratas se mostraram os mais resolutos em aplicar as medidas neoliberais.

Anderson faz uma análise avaliando efetivamente se o neoliberalismo cumpriu suas promessas ou não (Idem). Para ele, o grande problema a ser enfrentado nos anos 1970 era deter a inflação, que nesse aspecto, se tornou inegavelmente eficaz. No conjunto dos países da OCDE – Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento – a taxa de inflação caiu de 8,8% nos anos 1970 para 5,2% nos anos 1980, e continuou decaindo ao longo dos anos 1990 (Idem). A taxa de lucro das indústrias nos países da OCDE caiu cerca de 4,7% nos anos 1970 e aumentou cerca de 4,7% nos anos 1980. Deve-se esse aumento dos lucros, em parte, ao enfraquecimento sistêmico dos sindicatos na Europa Ocidental como um todo, onde houve uma queda notável nos números de greve e contenção dos salários dos trabalhadores. O aumento da taxa de desemprego se tornou um grande êxito do modelo neoliberal, pois foi concebido como um mecanismo natural e necessário para os novos mercados eficientes, passando de 4% nos anos 1970 e mais que duplicando nos anos 1980. Outro fator importante para o modelo foi o aumento da desigualdade social que aumentou nos países membros da OCDE onde a tributação dos salários mais altos teve uma queda de 20% nos anos 1980 (Ibidem, pp. 10-11). A partir desses dados, Anderson mostra que mesmo com todas as políticas adotadas pelo novo modelo *mainstream*, não foi possível alcançar os padrões de crescimento da era de ouro do capitalismo.

Outra crítica saliente que o autor nos apresenta é que, apesar de todas as investidas desse novo modelo em detrimento do Estado de Bem-estar e em favor do capital, o incremento em parques industriais diminuiu em comparação aos anos 1970, mostrando uma curva descendente. Ou seja, houve recuperação dos lucros, mas não houve dos investimentos. Pode-se dizer que a desregulamentação financeira, importante elemento do



programa neoliberal, criou situações mais propícias à especulação do que ao investimento produtivo (Ibidem, p. 12).

Para Stolorowicz, não há muito acordo sobre o que é o neoliberalismo: se é a fase histórica atual do capitalismo, que pese o restritivo de sua denominação, ou se só um conjunto de instrumentos de políticas econômicas que podiam modelar-se em combinações distantes das atuais (STOLOROWICZ, 2009, p. 15). A dificuldade em caracterizar o neoliberalismo é a enorme influência que teve a prolongada ofensiva ideológica dos dominantes para impor o terreno de análise, ao ter definido o que devia e deve entender por “neoliberalismo”, e quais eram e são as alternativas “pós-liberais” (STOLOROWICZ, 2009, p. 16).

2. Autoritarismo, revolução e socialdemocracia em Portugal na década de 1970

Como em diversos países europeus, Portugal sofreria intensas reviravoltas na década de 1970. Com a recente nomeação de Marcello Caetano para o comando do Estado Novo, em 1968, uma alternativa de mudanças se instala e abre fissuras incorrigíveis no sistema social, político e econômico do país. Caetano buscou ao longo de seus seis anos de governo, propor uma relativa abertura em relação à direitos partidário, de sindicatos, abertura econômica e direitos trabalhistas. No entanto, a herança de Oliveira Salazar sempre mostrou-se mais forte, promovendo mais uma continuidade do antigo dirigente que necessariamente uma ruptura. Além disso, o país sofreria gravemente com a crise de 1973, bem como a guerra em África assolava os cofres portugueses³. A política de Caetano, muitas vezes atacada como “liberalizante” pelo Partido Comunista Português, mostrou-se acima de tudo conservadora nos princípios nacionais, possibilitado apenas uma abertura para a instalação de empresas estrangeiras em território nacional.

O desgaste com o sistema vindouro do Estado Novo desde 1926-32 eclodiu com o golpe militar de 25 de Abril e apontamos como hipótese que a possibilidade de se realizar uma Revolução se deu em três eixos: Guerra colonial, crise econômica – reflexo, em partes, da própria guerra -, e, por último, a manifestação popular pelo descontentamento do regime. Os dezenove meses de duração da Revolução dos Cravos dar-se-ia em uma constante busca de sobreposição de poderes, tanto militar, quanto partidário e civil na conquista por um viés socialista de sociedade.

Em Portugal, podemos delimitar três períodos referentes à política social: o primeiro no contexto do liberalismo, até a crise de 1929-32; o segundo período estaria relacionado ao keynesianismo-fordismo, que se inicia no período do pós-guerra e se estende até a década

³ Portugal alcançaria a cifra de 40% em gastos do PIB nacional com a guerra em África no ano de 1971. Cf. ANDERSON, Perry. **Portugal e o fim do Ultracolonialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 107.



de 1970 onde, por fim, a fase do neoliberalismo com a preponderância de governos conservadores até os dias atuais. Podemos estabelecer, ainda, uma intrínseca relação entre liberalismo e darwinismo social, onde o Estado não deve e não pode garantir a sobrevivência de quem não está apto e não consegue destacar-se nas conquistas sociais; a legislação social, neste contexto, iria contra as leis da natureza, pensamento que percorre todo o período pós-republicanismo em Portugal (BEHRING, 2012, p. 155).

Cabe apontar que até Abril de 1974 o Estado português, baseado no regime autoritário e corporativista do Estado Novo, não tinha planos concretos para a estabilidade social no país. Como aponta Guedes e Pereira, a Constituição de 1976 viria a garantir a “segurança social e solidariedade” (GUEDES; PEREIRA, 2012, p. 26) além de um conjunto de “direitos e deveres sociais” (Idem), deixando a cargo do Estado a criação e manutenção de serviços que neste documento os previa de forma “tendencialmente gratuitos” (Idem). Ora, os países mais desenvolvidos na Europa como França, Inglaterra e Alemanha ocidental, como bem destaca Hobsbawm, veria exatamente nesta mesma época o início do fim de seus princípios do Estado de Bem-estar, deixando países como Portugal e Espanha em um momento tardio das conquistas sociais e da viragem globalizante do neoliberalismo. Por exemplo, o sistema Nacional de Saúde Pública seria implantado em 1978 com base no artigo 63 da Constituição, que previa que “todos têm direito à segurança social [...] na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em suas todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho”⁴, ao impensável no regime salazarista mas muito bem aceito nas bases da socialdemocracia do PS, de forte influência alemã⁵.

Para Raquel Varela, Portugal tornou-se um país mais justo, mais igual e mais culto a partir da Revolução de 74, sendo resultado desta Revolução o maior processo de mudança nas relações sociais que o país visitou na contemporaneidade (VARELA, 2012, p. 72). Argumenta que o Pacto Social em Portugal – a transfiguração de parte do dinheiro arrecadado do trabalhador pelo Estado devolvido (leia-se devolvido e não dado) em salário social, ou seja, sob a maneira de serviços e bens públicos de forma gratuita ou próxima a isso - nasceu em 1975 e se concretiza na década de 1980, sendo resultado de uma permissão da burguesia tendo em vista a estabilização da contrarrevolução democrática como reação à revolução dos Cravos, em diálogo com a radicalidade instaurada no

⁴ PORTUGAL. Constituição da República Portuguesa aprovada em 2 de abril de 1976. Capítulo III Direitos e deveres sociais, artigo 63.

⁵ Mário Soares, importante e destacado personagem político em Portugal nos anos de 1970-1990 fundaria o Partido Socialista de Portugal em 1973, após seus anos de exílio em direto contato com os partidos socialdemocratas de França e Alemanha. Soares foi o primeiro Primeiro Ministro após a Constituição de 1976, elegendo-se novamente em 1983 e torna-se presidente no país após a inserção na União Europeia e foi muito presente nas negociações para tal.



processo desta revolução. Este movimento deu-se a partir da pressão do movimento operário e sindical pelo país desenvolvendo um temor das elites portuguesas sobre estes movimentos sociais.

Acrescenta-se que muitas das conquistas do período revolucionário serão acertadas e concretizadas a partir da Constituição de 1976 com um duplo acordo nacional entre organismos sindicais e institucionalização dos direitos. Nos anos posteriores à Constituição, ao contrário do que se reservam alguns autores, ocorre um aumento significativo de manifestações laborais e greves:

Entre 1976 e 1980 o número de greves situa-se entre as 270 e 370 e em 1981, em pleno mergulho da crise de 1981-1984, há um surto grevista que dispara para mais de 600 greves – e que corresponde à segunda intervenção do FMI em Portugal -, mantendo-se muito alto até 1984, com 525 greves registradas, decrescendo depois lentamente até ter uma diminuição significativa só em 1987, com 213 greves (VARELA, 2012, p. 93).

Há de se apontar que durante o período revolucionário, Portugal assistirá à uma intensa onda de nacionalizações, formando plataformas produtivas que seriam garfadas nas privatizações e “doações” do Estado na década de 1980. Após o fim da Revolução, a unicidade sindical será revogada, cabendo sobretudo à CGTP, ligada ao Partido Comunista a “luta pela conservação das ‘conquistas de abril’” (Ibidem, p. 95). Entre os anos de 1974 e 1983 o país passará por nada menos que oito Governos Constitucionais e ainda dois de caráter interino, resultando em altos e baixos nas negociações sociais, sendo resultado da ampla politização pública e civil alcançada após a revolução de Abril. Estes mesmos altos e baixos estarão concentrados, sobretudo, em uma política socialdemocrata da base do PS, transitando em uma adoção reguladora do Estado e ao mesmo tempo em bases do internacionalismo neoliberal então pungente.

Surge em 1984 o Conselho Permanente de Concertação Social, “um organismo tripartido onde estavam representados o Governo, confederações patronais e sindicais, que visa arbitrar a luta de classes. A ideia era domesticar a força de trabalho, numa época de crise que tinha sido acompanhada de agudização das tensões sociais” (Ibidem, p. 100). A partir de então, as primeiras revisões da Constituição de 1976 chegariam ao pico global das incrementações neoliberais, com Reagan e Thatcher, no ano de 1982, eximindo o Estado de determinadas funções de garantia do bem estar social desde princípios da Revolução de 74. “Na última década e meia o capital tem encontrado novas forma de lucro – o truque consiste em transferir a fatura para o Estado. Aliás, essa fatura vai cair direta ou indiretamente no bolso dos trabalhadores” (GUEDES; PEREIRA, 2012, p. 57).

As políticas sociais devem sempre ser encaradas como um conjunto de medidas que se baseiam em projetos políticos de uma determinada concepção do social, mesmo que



para alguns autores exista um modelo ou uma neutralidade axiológica como nos demonstra Weber em tipos e modelos ideais em uma esfera do funcionalismo dentro do todo social. Logo, devemos encarar as políticas sociais de uma forma conjunta distanciando as análises unilaterais sobre o desenvolvimento social. A relação entre Estado e sociedade civil deve, portanto, ser analisada a partir do âmbito das divergências existentes entre os interesses de classes bem como a partir da maneira de entendimento da reprodução ideológica e material do capitalismo (BEHRING, 2012, p. 159).

A crise do capitalismo nas negociações europeias, sobretudo a partir das dívidas dos Estados, irá se acentuar. Como consequência, as políticas de austeridade predominam com intensos cortes nas conquistas sociais. “Estão exponenciadas as expressões da questão social, com destaque para o desemprego endêmico que assola o conjunto da região, acompanhado da precarização do trabalho” (Ibidem, p. 153). Entende-se que a precarização do trabalho, a mercantilização dos bens e serviços sociais em diálogo com a privatização de serviços tem contribuído ainda mais para o desgaste das políticas de bem estar social.

“O rendimento mínimo não pode ter um teto alto, para não desincentivar o trabalho, ou seja, há uma perversa reedição da ética do trabalho, num mundo sem trabalho para todos” (Ibidem, p. 162). Neste contexto também tem início a expansão de ONG’s e organizações que combinem uma solidariedade civil coletiva, de forma a subverter as funções e obrigações firmadas entre o Estado e sociedade civil. Nos termos sociais, a partir da década de 1990 ocorrerá um florescimento da desigualdade ao passo que se intensifica um forte processo de acumulação e riqueza para poucos, além de ter um aumento sobre o capital especulativo sobre o produtivo. Já em perspectiva política, a democracia entra em crise sendo assumida por uma lógica pautada nos poderes executivos, tendo ainda no ponto cultural a preponderância do individualismo e de um brutal aumento do consumo e de ações voltadas apenas para a esfera do pessoal.

Particularmente em Portugal, após a Constituição de 1976, ocorre uma incompatibilidade na manutenção de uma via socialista de sociedade e dos interesses já destacados pelo Partido Socialista em promover uma inserção socialdemocrata, mesmo que este sistema já entrando em um colapso estrutural a partir de estar em um limite da política keynesiana, que esbarrou na impossibilidade de superlucros bem como no desenvolvimento tecnológico associado, ainda, à capacidade de resistência trabalhadora. O aumento o fomento em implantação dos monopólios também é um fator que se associa à queda da estratégia keynesiana de dívidas públicas e privadas, crise de fisco e inflação, o que se desenvolveria com mais clareza em Portugal a partir da década de 1980, com a entrada na União Europeia.



Para Behring, o modelo keynesiano não se aprofunda em problemas sociais e estruturais entre classes, não passando das questões de conflitos redistributivos. “Se o Estado, no keynesianismo, amplia suas funções e, sob hegemonia do capital, se apropria do valor socialmente criado e realiza regulação económica e social, isso não significa eliminar as condições de produção e reprodução da desigualdade” (2012, p. 163). Desta forma, compreendemos que, mesmo com a inserção do país em medidas tardiamente introduzidas em uma socialdemocracia, este modelo não deu conta das demandas sociais no país, sobretudo após um período de conflituosas manobras políticas pós-revolução.

Quando se começa a pensar e inserir uma diretriz de cunho socialdemocrata através do PS em Portugal, o mesmo sistema já começa a perder força e, sobretudo no caso específico do país, tais medidas tiveram pouquíssimos anos para se fortalecerem e se estruturarem de uma forma sólida, vindo a cair por terra na década de 1980, sobretudo após com o início do governo de Cavaco Silva que iniciaria e perduraria por dez anos projetos de cunho neoliberal, perdas dos direitos trabalhistas e medidas de austeridade, concretizadas a partir do governo do primeiro ministro José Sócrates que teria seu mandato de 2005 a 2011, pactuando, para além disso tudo, com os acordos da *troika* e as concessões realizadas pelo país com o FMI e o Banco Central Europeu. Para fechar o ciclo, em 2011 o governo de Passos Coelho daria continuidade ao governo de austeridade, demonstrando que a luta e as conquistas sociais no país se limitaram, praticamente, de 1974 após uma revolução assídua a 1985 com o primeiro governo do Partido Social Democrata, caracterizado por Cavaco Silva.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, P. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pósneoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BEHRING, Elaine Rosseti. O Estado Social Europeu tem futuro? In **Quem paga o Estado Social em Portugal?** VARELA, Raquel (Coord.). Lisboa: Bertrand Editora, 2012.
- CABREIRA, Pamela Peres et al. **O 25 de Abril começou em África**. Porto: Editora Húmus, 2019.
- CERQUEIRA, J.B. Uma visão do Neoliberalismo: Surgimento, Atuação e Perspectivas. In: **Sitientibus**. Feira de Santana/Bahia n. 39, pp. 169-189, jul/dez. 2008.
- CROUCH, Colin. **La extraña no-muerte del neoliberalismo**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2012.



DUPAS, G. A lógica econômica global e a revisão do Welfare State: a urgência de um novo pacto. In: **Estudos Avançados**. Vol.12, nº 33, São Paulo, mai/ago, 1998.

FONSECA, P.C.D. Keynes: o liberalismo econômico como mito. In: **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 425-447, dez. 2010.

GUEDES, Renato; PEREIRA, Rui Viana. Quem Paga o Estado Social em Portugal? In: **Quem paga o Estado Social em Portugal?** VARELA, Raquel (Coord.). Lisboa: Bertrand Editora, 2012.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PRZEWORSKI, A.; WALLERSTEIN, M. O capitalismo democrático na encruzilhada. In: **Novos Estudos - Cebrap**, n. 22, p. 29-44. São Paulo/SP. 1988.

PANITCH, Leo. GINDIN, Sam. **La construcción del capitalismo global: La economía política del imperio estadounidense**. Madrid: Akal, 2015.

STOLOWICZ, Beatriz. **El debate actual: posliberalismo o anticapitalismo**, German Rodas (coord.), América Latina Hoy ¿reforma o revolución? México: Ocean Sur, 2009.

VARELA, Raquel. Rutura e pacto social em Portugal: um olhar sobre as crises económicas, conflitos políticos e direitos sociais em Portugal (1973-1975, 1981-1986). In **Quem paga o Estado Social em Portugal?** VARELA, Raquel (Coord.). Lisboa: Bertrand Editora, 2012.